

## ATA DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO TAMANHO

### CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE

**Art. 1º** O Instituto Tamanho, doravante denominado apenas Instituto, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Avenida Cezira Giovanoni Moretti, nº 955, 2º andar- sala 4-A, Santa Rosa, Piracicaba – SP, CEP: 13414-157 e foro na Comarca de Piracicaba/SP, constituída por tempo indeterminado, regida pelo presente Estatuto e pela legislação vigente, especialmente pelos artigos 53 a 61 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

**Parágrafo Único** – Para fins de registro, declara-se que os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da associação, em conformidade com o art. 46, inciso V, do Código Civil e entendimento consolidado do STJ de que a responsabilidade subsidiária prevista no art. 1.023 do CC/2002 se aplica apenas a sociedades simples, não alcançando associações civis sem fins lucrativos

#### **Art. 2º – Finalidades do Instituto:**

I – Promover o desenvolvimento socioeconômico, por meio da execução, apoio ou fomento a projetos nas áreas ambiental, social, educacional, cultural, esportiva, científica, tecnológica e econômica, com foco na geração de emprego, renda e bem-estar em comunidades localizadas no entorno dos empreendimentos do Grupo TMNH, bem como em outras localidades estratégicas para o fortalecimento de suas atividades e impacto positivo;

II – Realizar projetos, cursos, eventos e ações voltadas à capacitação, qualificação profissional, empreendedorismo e formação cidadã;

III – Estimular parcerias e cooperações técnicas com órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, nacionais e internacionais;

IV – Atuar em defesa de causas e iniciativas de interesse público, com ênfase nos direitos socioambientais, no combate às desigualdades e na promoção de tecnologias e soluções sustentáveis;

V – Celebrar convênios, termos de parceria, contratos, acordos de cooperação e demais instrumentos com instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas, inclusive empresas, organismos multilaterais, fundações e organizações do terceiro setor, com o objetivo de captar recursos e desenvolver projetos alinhados às finalidades institucionais;

VI – Gerir, administrar, organizar e desenvolver, mediante parcerias com entes públicos ou privados, ecossistemas de inovação e empreendedorismo, especialmente parques tecnológicos, incubadoras de empresas de base tecnológica e centros de pesquisa e desenvolvimento experimental;

VII – Colaborar com instituições educacionais, universidades e órgãos públicos e privados em programas e atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico;

VIII – Editar, publicar e distribuir livros, revistas, periódicos, materiais audiovisuais e demais mídias, com caráter educativo, científico e cultural;

IX – Promover o empreendedorismo e a inovação por meio de ações de ensino, pesquisa aplicada, extensão, organização de feiras, desenvolvimento de modelos de negócio, incubação de startups e aceleração de iniciativas de impacto social;

X – Promover programas de educação voltados ao incremento da capacidade profissional e à inclusão no mercado de trabalho;

XI – Desenvolver, apoiar e produzir atividades artísticas e culturais, tais como teatro, música, espetáculos e outras manifestações culturais e cênicas;

XII – promover, apoiar e incentivar o esporte, tanto formal quanto não formal, reconhecendo-o como direito individual e coletivo, contribuindo para o desenvolvimento físico, social e educacional da comunidade.

**Parágrafo único:** O Instituto não distribuirá entre seus associados, diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, lucros, bonificações, vantagens ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. É permitida, no entanto, a remuneração de dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto, bem como de associados que prestem serviços específicos, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade, conforme previsto na legislação vigente.

## **CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS**

**Art. 3º** O Instituto será composto por número ilimitado de associados, pessoas físicas ou jurídicas, que comunguem dos mesmos princípios e finalidades da entidade.

**Art. 4º** Os associados classificam-se em:

- I – Fundadores: aqueles que participaram da assembleia de constituição do Instituto;
- II – Efetivos: admitidos após a constituição, mediante aprovação da Diretoria;
- III – Beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à entidade.

**Parágrafo 1º** – A admissão de associados, de qualquer categoria (efetivos ou beneméritos), será formalizada mediante preenchimento de ficha de filiação ou requerimento, aprovado pela Diretoria. A demissão voluntária deverá ser comunicada por escrito, por meio de formulário ou requerimento, dirigido à Diretoria ou Secretaria do Instituto.

**Parágrafo 2º** – Todas as admissões e desligamentos efetuados pela Diretoria deverão ser registrados em livro próprio ou arquivo digital destinado ao controle do quadro associativo e consignados em ata de Assembleia Geral, caso está deliberar sobre alterações no quadro de associados.

**Art. 5º** São direitos dos associados:

- I – Participar das assembleias gerais;
- II – Votar e ser votado, conforme disposto neste Estatuto;
- III – Propor projetos e colaborar com as atividades do Instituto.

**Art. 6º** São deveres dos associados:

- I – Cumprir o Estatuto e regulamentos internos;
- II – Zelar pelo bom nome e patrimônio do Instituto;
- III – Contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

**Art. 7º** Exclusão de Associados.

A exclusão de associado só será admissível por justa causa, compreendida como:

- I – violação grave do Estatuto, regulamentos internos ou decisões da Assembleia;
- II – conduta lesiva à imagem ou ao patrimônio do Instituto;
- III – mora contumaz nas contribuições sociais.

**Parágrafo 1º** – A exclusão será deliberada pela Diretoria, mediante processo fundamentado, assegurando ao associado:

- a) prévia notificação escrita, com especificação clara dos fatos imputados;
- b) direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa escrita e produção de provas;
- c) decisão motivada, por escrito;

d) direito de recurso interno à Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando ampla defesa.

**Parágrafo 2º** – O recurso será analisado em Assembleia especialmente convocada, com edital publicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e decisão proferida em até 60 (sessenta) dias da data de interposição.

**Parágrafo 3º** – Caso o recurso seja acolhido, o associado será reintegrado imediatamente, com preservação de todos os seus direitos e prerrogativas.

### **CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Art. 8º** A administração do Instituto será exercida pelos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral

II – Diretoria Executiva

III – Conselho Fiscal (facultativo, se desejado)

#### **Seção I – Da Assembleia Geral.**

**Art. 9º** Assembleia Geral é o órgão soberano da entidade, composta por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Art.10. Quórum de instalação.**

I – Quórum de instalação: em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 50% dos associados; em segunda, qualquer número.

II – Quórum de deliberação:

a) Matérias ordinárias: maioria simples dos presentes;

b) Matérias extraordinárias (alterações estatutárias, destituição, dissolução): aprovação por 2/3 dos associados presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

**Art. 11. Compete à Assembleia Geral:**

I – Eleger e destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – Aprovar alterações no Estatuto;

III – Aprovar contas e relatórios anuais;

IV – Deliberar sobre a dissolução da entidade.

**Art. 12. Destituição de Administradores.**

A destituição de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal dependerá de deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada com:

1. Edital com local, data hora da 1ª e 2ª chamadas (intervalo mínimo de 30 min) e pauta clara;

2. Em 1ª convocação, quórum mínimo de metade mais um dos associados; em 2ª convocação, qualquer número.

**Parágrafo 1º** – A destituição será deliberada pela Assembleia, mediante processo fundamentado, assegurando ao interessado:

a) prévia notificação escrita, com especificação clara dos fatos imputados;

b) direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias para apresentação de

defesa escrita e produção de provas;  
c) decisão motivada, por escrito;  
d) direito de recurso interno à Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando ampla defesa.

**Parágrafo 2º** – O recurso será analisado em Assembleia especialmente convocada, com edital publicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e decisão proferida em até 60 (sessenta) dias da interposição.

**Parágrafo 3º** – Caso o recurso seja acolhido, o associado será reintegrado imediatamente, com preservação de todos os seus direitos e prerrogativas.

**Art. 13.** A Assembleia reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada pela Diretoria ou por 1/5 dos associados.

**Parágrafo Único: Convocação.**

A convocação será feita pelo presidente, através de edital afixado na sede, por comunicação eletrônica (e-mail) ou jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 10 dias, indicado local, data, hora da 1ª e 2ª chamadas (intervalo mínimo de 30 minutos), pauta e identificando o convocante.

## **Seção II – Da Diretoria Executiva**

**Art. 14.** A Diretoria será composta por:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Diretor Financeiro
- Diretor Administrativo

**Art. 15.** O mandato da Diretoria será de 3 anos, permitida a reeleição.

**Art. 16.** Compete à Diretoria:

- I – Administrar o Instituto conforme este Estatuto;
- II – Elaborar planos de trabalho e orçamento;
- III – Admitir e desligar associados, quando necessário;

**Parágrafo único** – O Presidente será o responsável pela representação ativa e passiva do Instituto, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar esses poderes a outro Diretor mediante procuração ou subestabelecimento.

## **Seção III – Do Conselho Fiscal**

**Art. 17.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral.

**Art. 18.** Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Examinar e emitir parecer sobre relatórios financeiros e balancetes;
- II – Requisitar documentos e informações contábeis à Diretoria.

**Parágrafo único.** A previsão estatutária da instituição do Conselho Fiscal, amparada pelos arts. 53 e seguintes e especialmente pelo art. 1.066 do Código Civil, não implica sua instalação imediata nem funcionamento automático, que ficará suspenso até deliberação futura da Assembleia Geral.

#### **CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 19.** O patrimônio do Instituto será constituído por bens móveis, imóveis, doações, contribuições, legados e outros valores que venha a adquirir.

**Art. 20.** Os recursos financeiros serão aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e poderão ser originados de:

I – contribuições de associados e doações de pessoas físicas ou jurídicas;

II – convênios, contratos, termos de fomento, acordos de cooperação e patrocínios, firmados com instituições nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;

III – receitas decorrentes de prestação de serviços, consultorias, cursos, eventos e outras atividades compatíveis com a finalidade do Instituto;

IV – rendimentos de aplicações financeiras e outras fontes permitidas por lei.

**Art. 21.** Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido será destinado a entidade congênere com CNPJ, preferencialmente com o título de Utilidade Pública ou OSCIP.

#### **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 22.** O presente Estatuto só poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com aprovação de, no mínimo, dois terços dos presentes.

**Art. 23.** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

#### **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

**Art. 24.** O Estatuto e as atas de assembleia que o alterem ou aprovem serão obrigatoriamente visados por advogado, com indicação de nome e número de inscrição na OAB, conforme exigência da CGI/cartório.

Piracicaba/SP, 08 de julho de 2025.

Ao final desta ata, consta a assinatura de todos os 6 (seis) associados fundadores que participaram da Assembleia de Constituição.

Lista dos presentes na reunião de assembleia da aprovação do estatuto social do Instituto Tamanho:

- RAFAEL BATISTA TAMANHO \_\_\_\_\_

RG Nº 34.592.220-7, SSP/SP

CPF Nº 295.028.048-05

- ELINELSON PINHEIRO DE SOUZA \_\_\_\_\_

RG Nº 2762527, SSP/PA

CPF Nº 612.695.812-87

- MARCOS LEONARDO FERNANDES FERREIRA \_\_\_\_\_

RG Nº 25.575.105-9, SSP/SP

CPF Nº 265.536.558-55

- ALVARO SEBASTIÃO ALVES DE SOUSA \_\_\_\_\_

RG Nº 26.492.103-3 – SSP/SP

CPF Nº 281.769.328-09

- CIRA MARIA DIAS BATISTA TAMANHO \_\_\_\_\_

RG Nº 8.098.089-2 – SSP /SP

CPF Nº 077.006.568-60

- ALEXSANDRO TAMANHO VANIN \_\_\_\_\_

RG nº 2.707.619, SSP/SC

CPF nº 933.181.709-68

**VISTO DO ADVOGADO:**

Nome: **DANIEL SENA DE SOUSA** \_\_\_\_\_

OAB Nº: 11559/PA